



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - www.tre-go.jus.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 01/2022

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS (TRE/GO), órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o nº 05.526.875/0001-45, com sede na Praça Cívica, nº 300, Centro, nesta Capital, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **WILSON GAMBOGE JÚNIOR**, RG nº 2.986.181, expedido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 862.596.871-68, considerando a homologação da licitação na modalidade de pregão, forma eletrônica, nº 16/2022, publicada no DOU de 27/04/2022, processo administrativo nº **21.0.000011173-0**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para confecção, fornecimento e instalação de cortinas do tipo **rolô solar screen 1%**, conforme especificações, condições e prazos constantes do Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº 16/2022 e seus anexos, que é parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

2. DA EMPRESA BENEFICIÁRIA

2.1 É beneficiária desta Ata de Registro de Preços, a sociedade empresária Casa de Moveis e Decoração Ltda -ME, CNPJ nº 27.537.089/0001-86, com sede Av. São Raimundo, n.º 23, sala 02, Piçarra, Teresina – Piauí, CEP: 64.017-090, telefone (86) 3305-0172 / 99985-6000, e-mail casademoveisedecoracao@hotmail.com, representada por seu sócia administradora, Senhora MARYLAND ALENCAR LEAL PEREIRA VIEIRA , RG 1.456.988, expedido por SSP-PI, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 698.616.333-91.

3. DOS QUANTITATIVOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 Os quantitativos e os preços registrados no presente instrumento são os seguintes:

DESCRIÇÃO	MARCA	QUANTIDADE		VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	
		TRE-GO	COMANDO DA 13ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA - CUIABÁ/MT		TRE-GO	COMANDO DA 13ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA - CUIABÁ/MT
Cortina rolô solar screen 1%	Amorim	1000 m ²	1000 m ²	R\$ 130,90	R\$ 130.900,00	R\$ 130.900,00

3.2 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO PARTICIPANTE

4.1 O órgão gerenciador desta ata será o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS.

4.2 Participa deste registro de preços o COMANDO 13 BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA - CUIABÁ/MT - UASG 160158 - endereço: Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 5001, Bairro CPA, Cuiabá-MT, CEP 78049-943, telefone (65) 3363-4822 ou 3363-4842.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Por não haver excepcionalidade, não se possibilitará adesões de outros órgãos da Administração Pública a ata de registro de preços que se originará deste certame, conforme Acórdão TCU 311/2018 - Plenário.

6. DO TERMO DE CONTRATO

6.2 A empresa beneficiária quando convocada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados pelo órgão gerenciador e pelos participantes, se houver durante a validade desta ata de registro de preços.

11.1 O descumprimento das obrigações constantes desta da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no Edital do Pregão TRE-GO nº 16/2022.

11.2 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (§ 1º do art. 6º do Decreto nº 7.892/2013).

11.3 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador quaisquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no edital do Pregão TRE/GO nº 16/2022 e no Termo de Referência que lhe é anexo.

12.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

12.3 Esta Ata não obriga o TRE/GO a firmarem contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições.

12.4 A empresa registrada nesta ata declara estar ciente de suas obrigações para com o TRE/GO, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 16/2022 e seus anexos, que passam a fazer parte da presente ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins, independentemente de transcrição.

12.5 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 11, §4º do Decreto nº 7.892/2013.

12.6 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor e forma para todos os fins de direito, que, depois de lidas e achadas em ordem, serão assinadas pelas partes.

WILSON GAMBOGE JÚNIOR

Diretor Geral do TRE/GO

MARYLAND ALENCAR LEAL PEREIRA VIEIRA

Sócia Administradora da empresa Casa de Moveis e Decoração Ltda-ME

ANEXO I da Ata de Registro de Preços

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Ata de Registro de Preços – ARP para contratação de empresa especializada para confecção, fornecimento e instalação de cortinas do tipo **rolô solar screen 1%**, de acordo com o quantitativo inserido no item 6 e medidas estimativas contidos no Anexo I deste Termo de Referência.

O Sistema de Registro de Preços deverá ser adotado, considerando o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7892/2013, tendo em vista que os bens a serem adquiridos possuem previsão de entrega parcelada, em cada uma das unidades do Tribunal definidas neste termo, e os quantitativos aqui calculados são estimados de acordo com os respectivos projetos de cada prédio, podendo sofrer pequenas variações para mais ou para menos a depender da situação pontual de cada janela a receber a cortina.

2- JUSTIFICATIVA

Necessidade de proporcionar melhores condições de habitabilidade, maior conforto e bem-estar para os servidores e demais usuários dos prédios, além de auxiliar na conservação do patrimônio público (documentos, móveis e equipamentos).

META A SER ALCANÇADA:

Proporcionar melhores condições para o controle da luminosidade dos ambientes internos dos locais indicados no presente documento.

3 - CONDIÇÕES PARA A AQUISIÇÃO

QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA:

A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de, pelo menos, um atestado, fornecido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que comprove a aptidão da empresa em desempenhar atividade pertinente e compatível

com o objeto a ser contratado.

GARANTIAS CONTRATUAIS:

Dispensadas.

4 – FORNECIMENTO (ESPECIFICAÇÕES)**ITEM I****4.1 Especificações das cortinas ROLÔ SCREEN:**

4.1.1 Tecido Screen com fator de abertura de 1%, com tratamento térmico de alta qualidade e com baixa propagação de fogo e protetor solar contra raios UV. Coeficiente de sombreamento de 0,40; transmissão solar de 22%, bloqueio de raios UV de 95%. Antichamas, com formulação atóxica, inibição de desenvolvimento de bactérias e resistência ao desbotamento.

Composição: Poliéster com PVC ou tecido em fibra de vidro revestido com PVC (30% poliéster, 70% PVC). Peso: não inferior a 420g/m². Cor: cinza, a ser previamente aprovada pela Contratante. Translúcida (privacidade do ambiente e visibilidade do exterior).

4.1.2 Corrente de acionamento de PVC nº 10. Comando com sistema redutor de peso que facilita o recolhimento da peça por compensar o esforço da subida do tecido. Eixo e comando de 38 mm de espessura. Suporte intermediário entre dois módulos para eliminar frestas. Acionamento manual, monocontrole, com corrente contínua e com a possibilidade de fixação na parede, com opção de montagem bilateral.

4.1.3 Sistema com tubo em liga de alumínio extrudado, ou de melhor qualidade, pintura eletrostática. Trilho inferior em liga de alumínio com canal para fixação do inserte plástico soldado no final do tecido, na mesma cor do tecido ou branca.

4.2 As medidas estimadas dos vãos das janelas estão inseridas no Anexo I do presente termo.

4.3 LOCAIS DE INSTALAÇÃO:

4.3.1 Edifício Des. Marcello Caetano da Costa (Anexo I), localizado na Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, nº 300, Setor Central, Goiânia – GO;

4.3.2 Edifício Desembargador Messias de Souza Costa (Anexo II), localizado na Rua 25-A, Área nº 03, Quadra 63-A, s/n – Setor Aeroporto, CEP 74.070-150, Goiânia – GO;

4.3.3 Cartório Eleitoral de Campos Belos, localizado Rua das Laranjeiras, Quadra 15-c, Lote 14, Setor Aeroporto, Centro, Campos Belos - GO;

4.3.4 Cartório Eleitoral de Luziânia, localizado na Av. Dr. Neilor Rolim, Qd. Mos, Lt. 01 Parque Jk, Luziânia – GO;

4.3.5 Cartório Eleitoral de Valparaíso de Goiás, Rua 60, Área Especial Nº 6, Praia dos Amores, 2^a Etapa do Jardim Céu Azul, Valparaíso de Goiás – GO.

4.3.6 Cartório Eleitoral de Palmeiras de Goiás, Av. Goiás, esq. c/ Rua 4, s/nº, Jardim Atlântico, Palmeiras de Goiás – GO.

4.3.7 Cartório Eleitoral de São Domingos, Rua 5 esq. c/ Av. Bahia, s/nº, Centro, São Domingos – GO.

4.3.8 Comando da 13^a Brigada de Infantaria Motorizada - Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 5001, Bairro CPA, Cuiabá-MT, CEP 78049-943

4.4 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO:

4.4.1 Fornecer e instalar as cortinas, de acordo com o quantitativo, medidas estimativas e especificações contidas nesse formulário em até 60 dias após o recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço emitida pelo contratante;

4.4.1.1 Quando se tratar de confecção, fornecimento e instalação de cortinas no interior do Estado, junto a Nota de Empenho ou Ordem de Serviço, o contratante encaminhará croqui com indicações dos locais e medidas dos vãos das janelas;

4.4.2 O recebimento dos materiais acontecerá após sua instalação completa, em cada local definido neste termo, com todos os acessórios instalados, e estando as cortinas em pleno funcionamento de subida e descida de tela;

4.4.3 Caso alguma das cortinas especificadas para cada local não puder ser instalada por motivo imprevisível, será feito o recebimento parcial dos materiais instalados, sendo o valor aferido de forma proporcional ao efetivamente instalado;

4.4.4 Para o recebimento dos materiais instalados nos cartórios do interior, a empresa contratada ficará a cargo de providenciar uma declaração do chefe do cartório, onde especifica que todas as cortinas foram devidamente instaladas, e que seus dispositivos estão funcionando corretamente. A empresa também deverá enviar fotos à fiscalização dos materiais devidamente instalados.

4.5 DEMAIS CONDIÇÕES:

4.5.1 De forma a propiciar o levantamento das medidas, a Contratada deverá, anteriormente à confecção de cada cortina, conferir nos locais de instalação, as dimensões dos vãos das janelas;

4.5.2 Caberá a Contratada definir as dimensões ideais dos painéis a serem confeccionados e instalados, haja vista que as medidas relacionadas no Anexo I são dos vãos das janelas. Entretanto não deverá ser confeccionado/installado painel com largura que dificulte o acionamento;

4.5.3 A contratada antes de iniciar a confecção dos painéis deverá apresentar a fiscalização do contrato/serviço protótipo ou amostras de tecidos para análise e, estando em conformidade, aprovação prévia.

4.5.4 As cortinas, base, e trilhos, puxadores e outros itens que porventura forem confeccionados em material de má qualidade ou apresentarem defeitos ou incorreções, serão recusadas pelo Contratante;

4.5.5 É facultado às licitantes a realização de visita técnica aos locais de instalação das cortinas, com vistas a efetuar medições e proceder às demais verificações necessárias;

4.5.5.1 A licitante que deixar de realizar a visita técnica admite que as informações constantes neste formulário são suficientes para a elaboração da proposta, assumindo os riscos por eventuais discrepâncias observadas.

4.5.6 Caberá a contratada retirar as persianas antigas e entregar ao responsável pela edificação, se necessário, ou proceder o adequado descarte ou destinação para reciclagem ou reutilização de peças e componentes reutilizáveis:

4.5.6 Deverão estar incluídas na proposta todas as despesas legais incidentes direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, inclusive ICMS, PIS e COFINS;

4.5.8 Na proposta deverão estar inclusos, ainda, os valores referentes a quaisquer materiais e serviços indispensáveis à execução do objeto, fretes para qualquer das localidades aqui indicadas, estadia das equipes de instalação, inclusive aqueles que porventura não estejam aqui identificados.

5 - OBRIGAÇÕES

5.1 CONTRATADA:

- 5.1.1** Fornecer e instalar as cortinas nos locais descrito no item 4.3, em até 60 (Sessenta) dias corridos após o recebimento Ordem de Serviço ou Nota de Empenho que será emitida pelo contratante por localidade;
- 5.1.2** Apresentar, logo após assinatura do contrato, amostras dos tecidos e demais materiais a serem utilizados na confecção das cortinas, à Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos – SEMSE para aprovação;
- 5.1.3** Prestar quaisquer informações e esclarecimentos que venham a ser solicitado pelo Contratante;
- 5.1.4** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados;
- 5.1.5** Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários; seguros de acidentes; taxas; impostos e contribuições; indenizações; vales-transporte; vales-refeição e outras que porventura venham a ser criada;
- 5.1.6** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e demais obrigações sociais resultantes da adjudicação e execução do contrato;
- 5.1.7** Arcar com todos os custos necessários à execução do objeto do presente Termo de Referência, inclusive na eventual necessidade de refazer, reparar ou corrigir cortinas, trilhos, puxadores e outros itens em que se verifiquem defeitos ou incorreções ocasionados pela má confecção ou pelo uso de materiais de má qualidade.
- 5.1.8** Garantir o serviço de instalação e os materiais empregados na confecção das cortinas, trilhos, puxadores e outros itens fornecidos, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços;
- 5.1.8.1** A garantia deverá cobrir os defeitos provenientes tanto da fabricação quanto da instalação;
- 5.1.8.2** A Contratada deverá emitir Termo de Garantia contendo o nome do responsável e telefone para contato em caso de necessidade de assistência técnica.
- 5.1.9** Atender, durante a garantia dos serviços, às solicitações do Contratante para assistência técnica, no prazo máximo de 48 horas, contadas a partir da solicitação.

5.2 CONTRATANTE:

- 5.2.1** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato;
- 5.2.2** Recusar o (s) produto (s) que esteja (m) em desacordo com as especificações constantes neste Formulário de Aquisição.

6- DEMAIS INFORMAÇÕES

6.1 As dúvidas em relação a este Termo de Referência poderão ser esclarecidas pela SEMSE, no endereço eletrônico semse-lista@tre-go.jus.br, ou por intermédio do telefone (62) 3920-4265.

7 - DADOS DA SOLICITAÇÃO

UNIDADE SOLICITANTE: SEMSE	DATA: 23/12/2021
ELABORADOR: Alano Rodrigo Leal	_____
RESPONSÁVEL PELA UNIDADE: Alano Rodrigo Leal	_____

ANEXO I (DO TERMO DE REFERÊNCIA)

QUANTITATIVO E MEDIDAS APROXIMADAS DOS VÃOS DAS JANELAS ONDE SERÃO INSTALADAS AS CORTINAS ROLÔ 1% - relativamente ao TRE-GO:

EDIFÍCIO SEDE - GOIÂNIA/GO

Subitem	Ambiente:	Quant.	Larg.	Alt.	Área un. m²	Área Total m²
01	SEATS - téreo	09	1,30	1,90	2,47	22,23
Sub-Total						22,23

EDIFÍCIO ANEXO I - GOIÂNIA/GO

Subitem	Ambiente:	Quant.	Larg.	Alt.	Área unit. m ²	Área Total m ²
01	TÉRREO					47,79
02	CEIN/COFI - 4º ANDAR-ALA A					69,55
03	SAO - 4º ANDAR-ALA B					69,55
04	STI - 5º ANDAR-ALA A					69,55
05	STI - 5º ANDAR-ALA B					72,20
06	SGP - 6º ANDAR-ALA A					76,27
07	SGP - 6º ANDAR-ALA B					60,27
Sub-Total						465,18

EDIFÍCIO ANEXO II – GOIÂNIA/GO.

Subitem	Ambiente:	Quant.	Larg.	Alt.	Área unit. m²	Área Total m²
01	ANDAR MEZANINO					63,75
02	ANDAR TÉRREO					26,25
Sub-Total						90,00

QUANTITATIVO E MEDIDAS APROXIMADAS DOS VÃOS DAS JANELAS ONDE SERÃO INSTALADAS AS CORTINAS ROLÔ 1%:

CARTÓRIO ELEITORAL DE CAMPOS BELOS

Subitem	Ambiente:	Quant.	Larg.	Alt.	Área unit. m²	Área Total m²
C1	Janelas das salas destinadas ao atendimento/espera	03	3,20	2,30	7,36	22,08
C2	Janelas das salas destinadas às salas administrativas	04	3,80	1,10	4,18	16,72
C3	Janelas das salas da copa e salas multiuso	02	1,95	1,10	2,145	4,29
C4	Janelas das salas destinadas ao armazenamento das urnas e almoxarifado.	05	3,20	0,60	1,92	9,60
Sub-Total						52,69

CARTÓRIO ELEITORAL DE LUZIÂNIA/GO

Subitem	Ambiente:	Quant.	Larg.	Alt.	Área unit. m²	Área Total m²
C1	Janelas das salas destinadas à secretaria dos Cartórios.	02	2,80	2,85	7,98	15,96

CARTÓRIO ELEITORAL DE PALMEIRAS DE GOIÁS

Subitem	Ambiente:	Quant.	Larg.	Alt.	Área un. m²	Área Total m²
C1	Janelas das salas destinadas ao atendimento/espera.	02	2,80	2,75	7,70	15,40
C2	Janelas das salas destinadas ao atendimento/espera.	02	1,62	2,40	3,88	7,78
C3	Janelas das salas destinadas ao atendimento/espera.	02	1,20	2,40	2,88	5,76
C4	Janelas das salas destinadas ao atendimento/espera.	02	1,35	2,70	3,64	7,29
C5	Janelas das salas destinadas ao atendimento e sala do Rack.	05	4,025	1,70	6,84	34,21

C6	Janelas das salas administrativas.	04	2,60	1,70	4,42	17,68
C7	Janelas das salas da copa.	01	1,80	1,70	3,06	3,06
Sub-Total						91,18
CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO DOMINGOS/GO						
Subitem	Ambiente:	Quant.	Larg.	Alt.	Área un. m ²	Área Total m ²
C1	Janelas das salas destinadas ao atendimento/espera.	02	2,80	2,75	7,70	15,40
C2	Janelas das salas destinadas ao atendimento/espera.	02	1,62	2,40	3,88	7,78
C3	Janelas das salas destinadas ao atendimento/espera.	02	1,20	2,40	2,88	5,76
C4	Janelas das salas destinadas ao atendimento/espera.	02	1,35	2,70	3,64	7,29
C5	Janelas das salas destinadas ao atendimento e sala do Rack.	05	4,025	1,70	6,84	34,21
C6	Janelas das salas administrativas.	04	2,60	1,70	4,42	17,68
C7	Janelas das salas da copa.	01	1,80	1,70	3,06	3,06
Sub-Total						91,18
TOTAL GERAL ESTIMADO DE CORTINA ROLÔ 1% (M²) - relativamente ao TRE-GO						
						1000,00

ANEXO II da Ata de Registro de Preços
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE CORTINAS DO TIPO ROLÔ SOLAR SCREEN 1%, COM INSTALAÇÃO, QUE ENTRE SI
 CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS E
 A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXX

MINUTA CONTRATO TRE-GO Nº XX/20XX

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, situado na Praça Cívica, nº 300, Centro, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.526.875/0001-45, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Diretor-Geral, WILSON GAMBOGE JÚNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 2986181- 2ª via, expedida pela SSP-GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 799.305.061-87 e, de outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXXXXXXXXXXXX, e-mail institucional: XXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o XXXXXXXXXXXXXX, daqui por diante denominada CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o presente contrato de aquisição, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de confecção, fornecimento e instalação de cortinas do tipo rolô solar screen 1%, de acordo com as descrições, especificações e detalhamentos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, conforme quantidade e medidas abaixo descritas:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	LOCAL	QTD. ESTIMADA/UNID
1	Cortinas do tipo rolô solar screen	- Tecido Screen com fator de abertura de 1%, com tratamento térmico de alta qualidade e com baixa propagação de fogo e protetor solar contra raios UV. Coeficiente de sombreamento de 0,40; transmissão solar de 22%, bloqueio de raios UV de 95%. Antichamas, com formulação atóxica, inibição de desenvolvimento de bactérias e resistência ao desbotamento.	ED.SEDE (GOIÂNIA/GO) SEATS TÉRREO	22,23 m ²
		- Composição: Poliéster com PVC ou tecido em fibra de vidro revestido com PVC (30% poliéster, 70% PVC). Peso: não inferior a 420g/m ² . Cor: cinza, a ser previamente aprovada pela Contratante. Translúcida (privacidade do ambiente e visibilidade do exterior).	EDIFÍCIO ANEXO I - GOIÂNIA/GO	465,18 m ²
		- Corrente de acionamento de PVC nº 10. Comando com sistema redutor de peso que facilita o recolhimento da peça por compensar o esforço da subida do tecido. Eixo e comando de 38 mm de espessura. Suporte intermediário entre dois módulos para eliminar frestas. Acionamento manual, monocontrole, com corrente contínua e com a possibilidade de fixação na parede, com opção de montagem bilateral.	EDIFÍCIO ANEXO II - GOIÂNIA/GO	90,00 m ²
		- Sistema com tubo em liga de alumínio extrudado, ou de melhor qualidade, pintura eletrostática. Trilho inferior em liga de alumínio com canal para fixação do inserte plástico soldado no final do tecido, na mesma cor do tecido ou branca	CARTÓRIO ELEITORAL DE CAMPOS BELOS	52,69 m ²
			CARTÓRIO ELEITORAL DE LUZIÂNIA/GO	96,36 m ²
			CARTÓRIO ELEITORAL DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO	91,18 m ²
			CARTÓRIO ELEITORAL DE PALMEIRAS DE GOIÁS	91,18 m ²
TOTAL GERAL ESTIMADO DE CORTINA ROLÔ 1% (M ²)				1.000,00 m ²

PARÁGRAFO ÚNICO - Os locais com os quantitativos e medidas aproximadas dos vãos das janelas estão indicados no Anexo I do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A presente contratação obedecerá ao estipulado neste Contrato e no Termo de Referência, bem como ao estabelecido no ato convocatório da licitação que lhe deu origem (Pregão Eletrônico TRE-GO nº X/XXXX) e todos os seus anexos, do qual se originou a Ata de Registro de Preços TRE-GO nº XX/20XX, e nas obrigações assumidas pela **CONTRATADA** através da proposta firmada em XX/XX/XX, constante do documento de nº XXXXX do Procedimento SEI nº 21.000001173-0, e dirigida ao **CONTRATANTE**, documentos que, independentemente de transcrição, integram e complementam o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO SUPORTE LEGAL

O presente instrumento foi precedido de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, registrado sob o número **XX/XXXX**, e celebrado nos termos da Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, observadas todas as alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução dos serviços contratados, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os valores discriminados no quadro abaixo:

Grupo	Item	Produto	Marca/Fabricante	Local	Quantidade	Valor unitário	Valor total por localidade
	1	Cortinas Rolô Screen 1%	XXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXX	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
Valor Total R\$ XXXXXX							

§ 1º O valor acordado neste contrato é fixo e irreajustável e não está sujeito à atualização monetária.

§ 2º Incluem-se no preço avençado todas as despesas necessárias à consecução deste ajuste, inclusive obrigações tributárias, acidentes de trabalho, parafiscais, transporte, seguros e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à completa execução deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste contrato correrão, no presente exercício, por conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0052 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado de Goiás, Natureza de Despesa XXXXX (XXXXXXXX), compromissada pela Nota de Empenho nº 2022NE000XXX, emitida em XX/XX/XXXX.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos valores contratados será efetivado pelo **CONTRATANTE**, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, até o 10º (décimo) dia útil, contado do ateste da fatura/nota fiscal protocolada na sede do **TRE-GO**, em Goiânia-GO, cumprindo-se observar:

I – no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo da fatura/nota fiscal, o **CONTRATANTE** deverá apresentá-la ou notificar a **CONTRATADA** para sanar as irregularidades eventualmente verificadas, sendo que, nesse caso, o prazo para ateste ficará suspenso até a resolução das pendências;

II – o prazo para pagamento da fatura/nota fiscal ficará suspenso durante os períodos de indisponibilidade do sistema eletrônico de informações do **CONTRATANTE - SEI**;

III – constitui condição para a nota fiscal/fatura ser atestada a verificação, pelo **CONTRATANTE**, da conformidade dos serviços executados;

IV – não sendo satisfeita a condição acima, a fatura/nota fiscal apresentada não será atestada, obstando o pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATADA, até que seja saneada a situação, sem prejuízo do previsto na Cláusula Décima Primeira – Das Penalidades e Recursos Administrativos, e demais cominações legais.

§ 1º A **CONTRATADA** deverá apresentar documento para liquidação da despesa que possibilite a retenção dos tributos respectivos, a ser emitido sem rasuras, em letra legível, fazendo constar deste o número de sua conta bancária, o nome do banco e respectiva agência;

§ 2º A fatura/nota fiscal deverá estar acompanhada, caso não estejam disponíveis nos sites das entidades emissoras, das certidões comprobatórias da regularidade da **CONTRATADA** perante a Justiça do Trabalho, o Instituto Nacional de Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Fazenda Nacional;

§ 3º Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes do ateste da conformidade da execução contratual, que envolve, além da regularidade dos serviços prestados, conforme especificado no Termo de Referência, o correto e tempestivo cumprimento de todas as obrigações contratuais, sendo que a demora no pagamento do encargo pelo **CONTRATANTE**, causado pela inviabilização do ateste, nos termos previstos no item IV desta Cláusula, não gera para a **CONTRATADA** o direito à correção monetária descrita no § 13 desta Cláusula;

§ 4º O **CONTRATANTE**, ao ensejo de cada pagamento, realizará consulta ao SICAF e à Justiça do Trabalho para verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade trabalhista e fiscal;

§ 5º Constatando-se a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** providenciará sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a sua situação ou, no mesmo prazo, apresente a sua defesa;

§ 6º O prazo do parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração;

§ 7º Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e/ou trabalhista a inadimplência da **CONTRATADA**, bem como a existência de pagamento(s) a ser(em) efetuado(s) pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários a garantir o recebimento de seus créditos;

§ 8º Persistindo a(s) irregularidade(s), a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa;

§ 9º Havendo a efetiva prestação de serviços, desde que, e a partir de quando, a nota fiscal/fatura apresentada preencha os requisitos para ser atestada, os pagamentos serão realizados, até que se decida acerca da rescisão ou manutenção contratual, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF e/ou Justiça do Trabalho;

§ 10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente

justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do **CONTRATANTE**, não será rescindida esta contratação, no caso de inadimplência perante o SICAF e/ou Justiça do Trabalho;

§ 11. O **CONTRATANTE** pode deduzir dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nos termos fixados nos artigos 368 a 380 da Lei nº 10.406/2002, quaisquer valores correspondentes a multas e/ou indenizações/ressarcimentos aplicados a esta;

§ 12. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal/fatura, que será o mesmo habilitado no Pregão Eletrônico TRE-GO X/XXXX, facultando-se o pagamento à filial desde que seja apresentada a documentação desta no citado prêlio licitatório e previamente comprovada a sua regularidade fiscal e trabalhista.

§ 13. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, apurada a partir da data de seu vencimento até a do efetivo pagamento, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\mathbf{EM} = \mathbf{I} \times \mathbf{N} \times \mathbf{VP}$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) / 365	I = 0.00016438
-----------------	--------------------------	-----------------------

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura ou até a execução total de seu objeto, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

I - promover, por intermédio do(a) servidor(a) especialmente designado(a), o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, cumprindo observar:

a) o representante do **CONTRATANTE** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas;

b) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas necessárias.

II - permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** em suas dependências, de acordo com as normas vigentes de segurança;

III - prestar aos empregados da **CONTRATADA** as informações atinentes ao objeto que venham a ser solicitadas;

VI - notificar a **CONTRATADA** sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;

V - comunicar à **CONTRATADA** quaisquer alterações relativas à execução do presente ajuste;

VI - observar, durante a vigência do contrato, o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, a fim de que se mantenham todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência e no ato convocatório da licitação que lhe deu origem - Pregão Eletrônico TRE-GO nº X/XXXX;

VII - rejeitar a prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, por terceiros;

VIII - efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste contrato, relativamente à aquisição ou serviços realizados e aceitos pelo **CONTRATANTE**.

§ 1º Além do acompanhamento e da fiscalização da execução do contrato, o representante do **CONTRATANTE** poderá, ainda, recusar/suspender qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária e, ainda, notificar a **CONTRATADA** a restabelecer e manter a regularidade contratual, sob as penas da lei.

§ 2º Persistindo a irregularidade contratual, após as providências acima, o representante do TRE-GO informará a situação à Administração do **CONTRATANTE** para que tome as medidas necessárias para implementar o descrito na Cláusula Décima Primeira - Das Penalidades e Recursos Administrativos, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis à espécie.

§ 3º Configura-se a regularidade contratual quando as partes signatárias do presente ajuste cumprem fielmente todos os seus termos. Já a irregularidade contratual, ao revés, resta configurada pelo descumprimento de quaisquer dos direitos, deveres e obrigações expressos e/ou implícitos no presente instrumento contratual e no edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº X/XXXX.

§ 4º É assegurada ao **CONTRATANTE** a faculdade de exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

I - executar fielmente todas as obrigações e deveres assumidos no presente instrumento, de acordo com as cláusulas avençadas e em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, além das condições previstas no Edital de Licitação;

II - iniciar a execução dos serviços contratados na data estipulada na respectiva Ordem de Serviço – OS, respondendo pelas consequências da inexecução total ou parcial;

III - indicar e manter atualizados seus números de telefone fixo, fax, endereço, e-mail, bem como de seu preposto, a fim de que o **CONTRATANTE** efetue quaisquer comunicações oficiais;

IV - garantir o serviço de instalação e os materiais empregados na confecção das cortinas, trilhos, puxadores e outros itens fornecidos, pelo período mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços;

V - atender, durante a garantia dos serviços, às solicitações do **CONTRATANTE** para assistência técnica, no prazo máximo de 48 horas, contadas a partir da solicitação;

VI - definir as dimensões ideais dos painéis a serem confeccionados e instalados, haja vista que as medidas relacionadas no Anexo I do Termo de Referência são dos vãos das janelas. Entretanto não deverá ser confeccionado/installado painel com largura que dificulte o acionamento;

VII - apresentar à fiscalização do contrato/serviço protótipo ou amostras de tecidos para análise antes de iniciar a confecção dos painéis e, estando em conformidade, aprovação prévia;

VIII - retirar as persianas antigas e entregar ao responsável pela edificação, se necessário, ou proceder o adequado descarte ou destinação para reciclagem ou reutilização de peças e componentes reutilizáveis;

IX - apresentar, logo após assinatura do contrato, amostras dos tecidos e demais materiais a serem utilizados na confecção das cortinas, à Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos – SEMSE para aprovação;

X - fornecer e instalar as cortinas nos locais descrito no item 4.3 do Termo de Referência, em até **60 (Sessenta) dias corridos** após o recebimento da Ordem de Serviço, que será emitida pelo **CONTRATANTE** por localidade;

XI - responsabilizar-se pela limpeza dos locais onde forem realizados os serviços, descartando os resíduos nos locais indicados pelos Órgãos Municipais;

XII - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo representante do **CONTRATANTE**, quanto à execução dos serviços contratados e referentes ao cumprimento/descumprimento de cláusulas contratuais, refazendo/sanando as inadequações sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**;

XIII - manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto que tomar conhecimento em razão da execução do presente contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

XIV - manter preposto, aceito pelo **CONTRATANTE**, que sempre deverá estar acessível para imediato contato, para representá-la na execução do presente ajuste, por procuração com poderes específicos;

XV - manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção, treinamento e subordinação trabalhista dos recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços contratados;

XVI - zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do **CONTRATANTE**, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

XVII - cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas de higiene e segurança do trabalho, normas disciplinares e demais regulamentos do **CONTRATANTE**, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiverem contato no local da execução dos serviços, dispensando especial atenção aos portadores de necessidades especiais e/ou aqueles com mobilidade reduzida;

XVIII - cuidar para que todos empregados designados para a execução dos serviços objeto deste Contrato zelem pelo patrimônio público;

XIX - arcar com todo dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por dolo ou culpa, inclusive de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como resarcir os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, excetuados o caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, e serão avaliadas pelo **CONTRATANTE**, cumprindo-se observar que:

a) eventuais valores devidos pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** poderão ser descontados dos pagamentos pendentes ou vincendos;

b) o fato de o **CONTRATANTE** fiscalizar e acompanhar todo o procedimento não exclui nem reduz a obrigação expressa no presente item.

XX - responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude de sua má execução;

XXI - realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidentes de trabalho e outras especificadas nas normas coletivas;

XXII - prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**;

XXIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados;

XXIV- assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, comerciais e obrigações sociais resultantes da execução do presente contrato;

XXV - prestar os serviços de acordo com suas especificações, observando as normas internas do **CONTRATANTE** e tratando com urbanidade e polidez o público em geral e os servidores do Órgão;

XXVI - manter, sem interrupção, quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços contratados, cumprindo-se observar que não serão aceitas justificativas para falta de empregados, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados;

XXVII - indenizar o **CONTRATANTE** por todos os danos decorrentes da execução/inexecução do presente instrumento, arcando com as despesas relativas a qualquer infração cometida por seus empregados, em decorrência deste contrato;

XXVIII - fornecer, aos empregados todos os equipamentos de proteção individual - EPI's legalmente exigidos e/ou conforme a natureza das tarefas a serem executadas, bem como todo o material necessário à plena execução dos serviços, exigindo-lhes o seu uso, e quando for o caso, afastar aqueles que se negarem a usá-los;

XXIX - arcar com todos os tributos fiscais e parafiscais, inclusive os encargos sociais e previdenciários, exigidos pelos entes governamentais federal, estadual e municipal, bem como por suas entidades, autarquias e associações de classe, que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços contratados;

XXX - assumir todos os encargos de eventuais demandas judiciais trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

XXXI - responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços contratados, bem como pelos danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, ocorridos ou não nos locais de prestação dos serviços;

XXXII - substituir imediatamente os empregados que não forem qualificados para a execução dos serviços ou que não atenderem a quaisquer exigências atribuídas à **CONTRATADA**;

XXXIII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão eletrônico;

XXXIV - respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CONTRATANTE**;

XXXV - comunicar, ao representante do **CONTRATANTE**, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias para regularização;

XXXVI - não contratar durante a vigência desta avença empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

§ 1º Havendo a recusa na prestação dos serviços contratados, a **CONTRATADA** arcará com todos os ônus decorrentes do saneamento das irregularidades, que será fiscalizado pelo **CONTRATANTE**, ficando-lhe reservado o direito de exigir a substituição imediata dos insumos que estiverem com baixa qualidade e/ou em desconformidade com o especificado.

§ 2º A **CONTRATADA** operará como prestadora de serviços e, consequentemente, os profissionais que alocar para a execução dos serviços objeto deste instrumento não terão vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo remunerados diretamente pela **CONTRATADA**, que será inteiramente responsável por todos os ônus e encargos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e social vigente, como única empregadora da mão de obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

§ 3º A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem pode onerar o presente contrato.

§ 4º O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento, bem como a manutenção da **CONTRATADA** em situação irregular junto às obrigações fiscais e trabalhistas poderá configurar, conforme o caso, inexecução total ou parcial do Contrato, podendo implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente instrumento e demais cominações legais.

§ 5º A **CONTRATADA** não poderá colocar à disposição do **CONTRATANTE**, para ocupar função de chefia no desempenho da execução dos serviços contratados, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I - atos de improbidade administrativa;

II - crimes:

a) contra a administração pública;

b) contra a incolumidade pública;

c) contra a fé pública;

d) hediondos;

e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

III - na mesma proibição incidem aqueles que tenham:

a) praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

b) sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

c) suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

IV - não se aplicam as vedações acima discriminadas quando o crime tenha sido culposo ou considerado de menor potencial ofensivo;

V - deixam de incidir as vedações acima descritas depois de decorridos 05 (cinco) anos da:

a) extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;

b) decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

c) rejeição das contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas; ou

d) cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Por força do presente instrumento, com supedâneo nos termos expressos na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002, considerar-se-á infração administrativa cometida pela **CONTRATADA** quando:

- I – inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência dessa contratação;
- II – ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III – fraudar a execução do contrato;
- IV – comportar-se de modo inidôneo;
- V – cometer fraude fiscal;
- VI – descumprir a proposta.

§ 1º Se a **CONTRATADA** cometer qualquer das infrações discriminadas acima, ficará sujeita, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o **CONTRATANTE**;
- b) multa moratória de 0,666% (zero vírgula seiscentos e sessenta e seis por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento);
- c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE** pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- g) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da **CONTRATADA**, que será concedida pela autoridade coatora mediante o resarcimento ao **CONTRATANTE** dos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e";

§ 2º Também ficará sujeita às sanções descritas acima, se a **CONTRATADA**:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 3º A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/1999.

§ 4º A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da infração cometida pela **CONTRATADA**, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade.

§ 5º As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

§ 6º As cláusulas penais estabelecidas neste instrumento não excluem a possibilidade do **CONTRATANTE** exigir da **CONTRATADA** resarcimentos complementares excedentes às multas.

§ 7º As multas impostas à **CONTRATADA**, decorrentes de inexecução parcial ou total do presente ajuste, serão cobradas em dobro nos casos de reincidência, não podendo ultrapassar a 100% (cem por cento) do valor total do contrato (artigo 412 CCB), sem prejuízo de cobrança de perdas e danos causados à Administração e eventual rescisão contratual, cumprindo-se observar que:

a) independentemente da aplicação de multa, deverá a **CONTRATADA** realizar o resarcimento integral das perdas e danos causados ao **CONTRATANTE**, decorrentes da inexecução, parcial ou total, das obrigações contratadas;

b) para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobreposta, não importando se decorrente de fato gerador distinto;

c) as multas a serem aplicadas, a título de reincidência, considerarão todo o período de vigência da execução do contrato, inclusive eventuais prorrogações.

§ 8º Da aplicação das penalidades estabelecidas na presente cláusula caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação.

§ 9º Os valores referentes às multas, indenizações e resarcimentos devidos pela **CONTRATADA** serão descontados de eventuais créditos de qualquer natureza devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

§ 10. Se ainda restar crédito ao **CONTRATANTE**, após se valer de eventuais créditos devidos à **CONTRATADA**, ficará obrigada, esta última, a pagar a importância remanescente devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação, conforme os termos e dados especificados no documento.

§ 11. Esgotados os meios administrativos de cobrança, os valores devidos pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** serão encaminhados para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

§ 12. Para os fins deste contrato, entende-se:

a) inexecução contratual – o inadimplemento injustificado de obrigação contratual que não mais poderá ser cumprida pela **CONTRATADA**, seja por não mais existir utilidade para o **CONTRATANTE**, seja por outros motivos apurados conforme o caso concreto, caracterizando inadimplemento contratual absoluto;

b) mora – o inadimplemento injustificado de obrigação contratual que ainda poderá ser cumprida pela **CONTRATADA** por ser útil para o **CONTRATANTE**, caracterizando atraso no cumprimento da obrigação;

c) comportamento inidôneo – a realização de atos tais como os descritos nos artigos 90, 92, parágrafo único, 93, 94, 95, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato poderá ensejar sua rescisão, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira - "Das Penalidades e Recursos Administrativos" do presente instrumento.

§ 1º No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o **CONTRATANTE** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

§ 2º No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Goiânia/GO, Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo as exceções previstas no art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

E, por estarem deste modo acordadas, as partes mandaram redigir o presente instrumento, que, lido e achado conforme, será assinado pelos representantes dos contratantes, na forma manuscrita ou digital, sendo uma via anexada ao Processo SEI nº 21.0.000011173-0.

Gabinete da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, na data registrada na última assinatura eletrônica.

Assinatura eletrônica
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
DIRETOR-GERAL DO TRE/GO

Assinatura eletrônica
XXXXXXX
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **WILSON GAMBOGE JÚNIOR, DIRETOR-GERAL**, em 28/04/2022, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maryland Alencar leal Pereira Vieira, Usuário Externo**, em 02/05/2022, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0260608** e o código CRC **826F1534**.